

● ACORDO SALARIAL COM IMPACTO NA FOLHA SÓ PARA 2006

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, disse na reunião ordinária da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) desta quinta-feira, 23.06, que acordo salarial com impacto na folha de pagamentos da União só pode ser construído para 2006. Segundo Paulo Bernardo, esta é a posição do governo federal obtida depois de uma reunião com os 8 ministros que têm assento à MNNP, ou seja, Planejamento, Casa Civil, Fazenda, Previdência, Educação, Saúde, Trabalho e Secretaria Geral da PR.

“A cobrança que podemos atender mais facilmente é a cobrança da franqueza” destacou o ministro. Bernardo explicou aos representantes das 18 categorias de servidores que compõem a MNNP que não será possível ir além dos R\$ 8,5 bilhões deste ano que é o valor do crescimento com despesa de pessoal na folha de 2005, sendo parte disto fruto das negociações ocorridas em 2004.

Bernardo questionou o percentual de 18% colocado pelos servidores como emergencial para “recompôr perdas salariais”. Segundo o ministro, isso é “praticamente 3 vezes o que vai ter de inflação este ano” e que, se for aplicado linearmente, teria um impacto de mais de R\$ 15 bilhões na folha de pagamentos da União, recursos que não estão disponíveis.

O ministro destacou que as negociações feitas no ano passado trouxeram reajustes médios de 30% para o conjunto dos servidores públicos civis do Poder Executivo e enfatizou que como resultado houve uma diminuição entre o maior e o menor salário de dezenove vezes para 11 vezes.

Assim, segundo o ministro do Planejamento, “de forma alguma é possível admitir que o Governo Lula só esteja dando 0,1% de reajuste ao servidor como tem sido dito. Eu até entendo essas alegações ditas no calor da mobilização, da luta política, mas queremos deixar claro que desde o início deste governo nós temos negociado com os servidores e temos atendido reivindicações históricas de várias categorias”.

O ministro reafirmou a disposição de negociar e propôs a criação de um cronograma de discussão para trabalhar e eventualmente atender cláusulas não financeiras, questões que não signifiquem impacto na folha. Segundo Paulo Bernardo, o cronograma poderá ser geral e se desdobrar para as categorias.

Segundo o ministro do Planejamento o diálogo estará sempre aberto e destacou que no caso do INSS ficou claro que o governo quer trabalhar junto com os servidores na reestruturação do órgão, conversando antes com os sindicatos dos servidores.

Adiantou que estão sendo desenvolvidos programas de gestão Instituto visando a melhoria dos serviços prestados à população, a adoção de mecanismos de combate às fraudes, a redução do prazo de concessão de benefícios entre outros e que, certamente, estas ações implicarão na re-adequação da carreira para o novo modelo de gestão proposto.

Além disso, entre outras medidas Bernardo citou a realização de concursos públicos. O ministro adiantou que dentro de 30 dias terá um calendário com a previsão de concursos para várias áreas da administração pública federal, seja para substituir mão-de-obra terceirizada, seja para suprir necessidades de pessoal em áreas como fiscalização e inspeção, isto para além dos mais de 40 mil já autorizados ou realizados entre 2003 e 2005.

Bernardo destacou que o governo, através da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, tem a disposição de manter a negociação centralizada na Mesa Nacional de Negociação Permanente com todas as entidades e mais os representantes do governo, embora, destacou, não terá restrição às negociações setorializadas. Mas afirmou que “em todos os casos queremos sempre estar olhando o conjunto do funcionalismo e o impacto global que tem na folha de salários. Temos que conciliar esses dois aspectos”.

Segundo o ministro, nos últimos dois anos e meio foram feitas negociações em separado, mas com a coordenação geral que permitiu uma visão geral do todo. Para Paulo Bernardo, é possível fazer uma negociação centralizada, transparente, onde todos possam ver o conjunto das tratativas que são feitas e ao mesmo tempo atender demandas setoriais que eliminem injustiças e melhorem a folha do ponto de vista setorial.

O ministro falou das ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito do governo para melhorar a vida do servidor público como o programa de saúde ocupacional e saúde suplementar. Destacou, também, outras reivindicações já atendidas, como o reajuste do vale alimentação.

MODERNIZAÇÃO DO SIAPE IRÁ GERAR ECONOMIA DE R\$ 8,6 MILHÕES

Em encontro de trabalho no Ministério do Planejamento, no dia 24 de junho, com dirigentes de Recursos Humanos de órgãos federais com sede em Brasília, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério apresentou um conjunto de medidas, em fase de estudo e de implantação, para modernizar o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) que irá gerar uma economia de custos da ordem de R\$ 8,6 milhões. Um dos pontos destacados, com a viabilização prevista possivelmente para 2006, refere-se a iniciativas para garantir maior economia nos gastos com a produção do sistema.

O SIAPE, assim como os outros sistemas estruturadores do Ministério do Planejamento, busca uma redução de custos que deverá ocorrer na alocação de técnicos para a manutenção do

sistema (23,5%), área de desenvolvimento (100%), geração de CDs de relatório (100%). A previsão é de uma economia de R\$ 5,4 milhões nesses quesitos. A alteração do horário de disponibilidade do sistema SIAPE na rede SERPRO também deverá gerar uma economia de 12,5%, o que representará R\$ 3,2 milhões, totalizando uma redução de R\$ 8,6 milhões.

O sistema recebe consultas de 1.200 unidades pagadoras e tem em torno de 13 mil usuários habilitados para a sua utilização. Nesse contexto são atendidos aproximadamente 248 órgãos, mais o GDF, os policiais dos ex-territórios e do ex-estado da Guanabara. Para se ter uma idéia do volume de recursos utilizados, somente na folha de pessoal do mês de maio o SIAPE pagou R\$ 3,5 bilhões a 1,3 milhão de pessoas entre servidores ativos, aposentados e pensionistas.

EXTINÇÃO DO CONTRACHEQUE DE PAPEL

Na palavra de ordem economizar, a Secretaria de Recursos Humanos também analisa a idéia de parar de emitir contracheque em papel para servidores ativos. Além do ganho de tempo – são consumidas 48 horas de trabalho na geração do contracheque – a SRH poderá contabilizar uma economia de R\$ 2 milhões com a medida. Os servidores continuariam com os atuais meios disponíveis para obtenção de contracheques como os acessos por e-mail e SIAPENET e o próprio contracheque disponibilizado nos terminais do Banco do Brasil, para os servidores correntistas desse banco. Atualmente, estão em 97 mil os acessos por e-mail e em cerca de 700 mil os acessos

mensais via SIAPENET.

No leque de novas funcionalidades do SIAPE já está acertada para ser implementada em julho a desabilitação automática de operadores do SIAPE, nos casos de morte e aposentadoria, por exemplo. Isso significa avançar na meta de consolidar automatizações e novos controles de segurança para tirar a sobrecarga de trabalho das unidades de RH. As novas funcionalidades já em ambiente web visam fortalecer cada vez mais o SIAPENET. Esse novo momento – do tipo automação para pagamento de pensão alimentícia – tem como premissa a atualização cadastral dos ativos e aposentados com informações cadastrais no SIAPENET.

RECASTRAMENTO DE CONSIGNATÁRIAS COMEÇA EM JULHO

A Secretaria de Recursos Humanos começará no próximo dia 18 de julho o recadastramento das consignatárias que trabalham com os órgãos da administração pública federal. O prazo vai até 16 de setembro deste ano. Nessa fase não serão habilitadas novas consignatárias. Os procedimentos para o recadastramento estão definidos na **Portaria nº 939 de 27 de junho de 2005**, assinada pelo Secretário da SRH, Sérgio Mendonça.

O governo trabalha com 1.782 tipos de consignatárias, para as quais repassa R\$ 266 milhões relativos aos diversos tipos de consignação com desconto em folha. Um dado preocupante é que o SIAPE não tem como acompanhar de perto a relação de contratação de serviços entre servidor e consignatária. Para mudar essa situação critérios mais rígidos

passarão a fazer parte do processo de habilitação.

O recadastramento é obrigatório. Quem descumprir receberá notificação e ficará impedido de encaminhar informações ao sistema. Além disso, a consignatária poderá ser desativada do SIAPE.

Pelas novas regras será feita uma comunicação com o SICAF, a Secretaria da Receita Federal e o Banco do Brasil para verificar se os documentos estão em dia. A situação das consignatárias também será observada nos bancos e na Receita Federal. Além disso toda a contratação do servidor será monitorada. O servidor poderá fazer simulações de contratação no SIAPENET e, se não tiver margem consignável, de imediato está impedido de fazer outras contratações.